

CNU

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO - PIAUÍ

DETRAN - ANALISTA DE TRÂNSITO



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 02/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Concurso Unificado PI

DETRAN - Analista de Trânsito

LINGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação textual. Leitura, compreensão e interpretação de textos	1
Estruturação do texto e dos parágrafos	7
Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos e operadores sequenciais.....	12
Significação contextual de palavras e expressões.....	16
Equivalência e transformação de estruturas	20
Linguagem verbal e não verbal: ícone, índice e símbolo	22
Modalizadores discursivos	24
Sintaxe e construção frasal. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Sintaxe do período simples e composto.....	26
Pontuação	32
Concordância nominal e verbal	37
Regência nominal e verbal	43
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; Funções das classes de palavras	49
Morfologia e estrutura das palavras. Estrutura e formação de palavras	63
Flexão nominal e verbal; Emprego de tempos e modos verbais.....	70
Norma-padrão da língua portuguesa.....	74
Ortografia oficial	75
Acentuação gráfica.....	82
QUESTÕES.....	85
Gabarito.....	100

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Hardware e componentes computacionais. Hardware: dispositivos de armazenamento, memórias e periféricos	1
Sistemas operacionais	7
Sistemas Operacionais Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos. Área de trabalho e área de transferência. Manipulação de arquivos e pastas. Uso dos menus, programas, aplicativos e interação com o conjunto de aplicativos. Extensões e arquivos	9

SUMÁRIO



MSOffice M365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Sharepoint). Editor de textos. Estrutura básica dos documentos. Edição e formatação de textos. Cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos. Tabelas e impressão. Controle de quebras e numeração de páginas. Legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos e caixas de texto. Planilhas eletrônicas. Estrutura básica das planilhas. Conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos. Elaboração de tabelas e gráficos. Uso de fórmulas, funções e macros. Impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas. Obtenção e classificação de dados externos.....	26
Correio eletrônico. Uso de correio eletrônico. Preparo e envio de mensagens. Anexação de arquivos.....	40
Ferramentas de comunicação e reuniões on-line. Microsoft Teams. Google Meet. Zoom	46
Internet e navegação. Internet, intranet e extranet. Protocolos e serviços. Sítios de busca e pesquisa na internet. Conceitos de URL, links e sites. Navegadores: Mozilla Firefox e Google Chrome. Navegação, busca e impressão de páginas na internet	54
Computação em nuvem	60
Redes sociais	62
Tecnologia da informação e segurança da informação. Tecnologia da informação e segurança de dados. Princípios de segurança, confidencialidade e assinatura digital. Procedimentos de segurança. Ferramentas de segurança (antivírus e firewalls). Malwares e ataques	64
Backup.....	70
Tecnologias emergentes no setor público. Conceitos básicos de inteligência artificial. Técnicas de prompts	72
QUESTÕES.....	74
GABARITO	83

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

História, geografia, cultura, ética, política e economia do Estado do Piauí	1
Questões	7
GABARITO	12

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997) e suas alterações: Sistema Nacional de Trânsito — SNT (objetivos, composição e competências dos órgãos, sobretudo, DETRAN, CONTRAN, CETRAN e SENATRAN); Normas gerais de circulação e conduta; Pedestres e condutores de veículos não motorizados; Educação para o trânsito (diretrizes nacionais e campanhas educativas); Sinalização de trânsito (vertical, horizontal, dispositivos auxiliares, luminosa, sonora e gestual); Engenharia de tráfego, operação, fiscalização e policiamento ostensivo de trânsito; Veículos (registro, licenciamento, vistorias, identificação e equipamentos obrigatórios); Condução de escolares e de moto-frete; Habilitação (processo de formação de condutores, categorias de CNH, exames e permissão para dirigir); Infrações de trânsito e penalidades aplicáveis; Medidas administrativas aplicáveis; Processo administrativo de trânsito (autuação, julgamento de recursos, JARI, prazos e prescrição); Crimes de trânsito (disposições gerais e tipos penais).....	1
Noções de Direito Administrativo e Poder de Polícia: Estado, Governo e Administração Pública (conceitos, elementos, poderes e organização).....	94
Atos administrativos (conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, invalidação, anulação e revogação); Processo administrativo (princípios, direitos dos administrados, deveres da administração, início, instrução, decisão e recursos aplicados à esfera de trânsito)	100
Poderes da Administração Pública (poder hierárquico, disciplinar, regulamentar; Poder de Polícia Administrativa (conceito, características, limites, prerrogativas e aplicação no trânsito).....	119
Contratos administrativos e licitações (noções gerais aplicadas à gestão e fiscalização de contratos e convênios na autarquia)	130
Responsabilidade civil do Estado (aplicação de multas, erros de procedimento e danos a terceiros).....	159
Administração Pública, Gestão e Atendimento ao Cidadão: Atendimento ao público (excelência no serviço público, canais digitais de atendimento, acessibilidade, eficácia e eficiência no serviço presencial e à distância)	166
Gestão de processos e auditoria (mapeamento de processos, Procedimento Operacional Padrão (POP), conceitos básicos de auditoria administrativa em processos de veículos e habilitação).....	171
Noções de Administração Financeira e Orçamentária: Orçamento público (conceitos e princípios)	175
Receita pública (conceitos, classificações e arrecadação de taxas e multas de trânsito).....	176
Despesa pública (conceitos, classificações e estágios — empenho, liquidação e pagamento)	178
Noções de Contabilidade Pública aplicadas a autarquias	180
Gestão patrimonial (conceitos de controle de bens patrimoniais, locação, cessão, depreciação e vistorias prediais).....	188
Resoluções CONTRAM: Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025.....	192
Resolução CONTRAN nº 927, de 1º de abril de 2022	223
Resolução CONTRAN nº 923, de 28 de março de 2022	229



Resolução CONTRAN nº 969, de 20 de junho de 2022.....	237
Resolução CONTRAN nº 466, de 11 de dezembro de 2013.....	249
Resolução CONTRAN nº 916, de 28 de março de 2022	256
Resolução CONTRAN nº 931, de 28 de março de 2022	261
Resolução CONTRAN nº 985, de 15 de dezembro de 2022	263
Resolução CONTRAN nº 723, de 6 de fevereiro de 2018	264
Resolução CONTRAN nº 844, de 9 de abril de 2021.....	271
Questões	277
GABARITO	283

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Legislação aplicada ao serviço público: Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI)	1
Ética no serviço público.....	36
Ética e função pública	37
Ética e moral: definição e distinção; Valores, virtude, honestidade, integridade, decoro e zelo no serviço público: conceitos	38
Ética, democracia, cidadania e o papel do servidor público	43
Princípios da Administração Pública aplicados à ética: Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; Aplicação dos princípios éticos na Administração Pública	45
Legislação Interna: Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí); Lei Complementar nº 28/2003 (Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí); Constituição do Estado do Piauí, de 05 de outubro de 1989	51
Questões	52
GABARITO	58



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.



HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado



FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PIAUÍ E CONSTRUÇÃO TERRITORIAL¹

► Origem territorial e sentido histórico do nome Piauí

A formação de uma identidade ligada aos rios, ao sertão e aos povos originários

O Piauí possui uma formação histórica marcada pela relação entre território, rios, deslocamentos humanos e ocupação do interior nordestino. O próprio nome do estado remete à presença indígena e à importância das águas na organização simbólica e material da região. A interpretação mais conhecida associa o topônimo Piauí à ideia de “rio das piabas”, indicando a força dos elementos naturais na nomeação do espaço. Também há interpretações que relacionam o nome à presença de pajés e povos indígenas, reforçando que, antes da colonização europeia, o território já era habitado, conhecido e culturalmente organizado por diferentes grupos nativos.

Essa dimensão anterior à colonização é fundamental para compreender o Piauí não como um espaço vazio posteriormente “descoberto”, mas como uma região de longa ocupação humana. A Serra da Capivara, no sudeste do estado, tornou-se um dos símbolos mais expressivos dessa antiguidade. Suas pinturas rupestres, seus vestígios arqueológicos e sua relevância científica indicam que o território piauiense ocupa lugar central nas discussões sobre os primeiros povoamentos das Américas. Mesmo quando há debates acadêmicos sobre a datação de alguns achados, a importância cultural e histórica da região permanece incontestável, pois ela revela formas antigas de presença humana, expressão simbólica, adaptação ambiental e organização social.

► Colonização, pecuária e ocupação do interior

Um processo diferente de outras áreas do Nordeste

A colonização do Piauí apresentou uma característica particular: ocorreu predominantemente do interior para o litoral. Enquanto grande parte do Nordeste colonial foi estruturada inicialmente pela ocupação litorânea, pela economia açucareira e pelos portos, o Piauí foi ocupado sobretudo a partir da expansão da pecuária. Vaqueiros vindos do Vale do São Francisco penetraram no território em busca de pastagens, estabelecendo fazendas de gado ao longo de rios e áreas propícias à criação animal.

Esse movimento deu ao Piauí uma feição sertaneja muito forte. A pecuária organizou o espaço, estimulou a criação de caminhos internos, favoreceu o surgimento de núcleos populacionais e estruturou relações sociais baseadas na grande propriedade rural, no trabalho nas fazendas, na mobilidade dos vaqueiros e na ocupação de áreas distantes dos principais centros coloniais. O gado não foi apenas uma atividade econômica; ele moldou a sociedade, a cultura e a própria forma de povoamento do território.

A presença de sesmarias e grandes fazendas também revela os conflitos envolvidos nesse processo. A expansão colonial avançou sobre áreas ocupadas por povos indígenas, gerando confrontos, deslocamentos e perdas culturais. Além disso, africanos escravizados foram trazidos para trabalhar em atividades ligadas à pecuária e à agricultura, compondo uma sociedade marcada por desigualdades profundas, mas também por intensa mistura cultural.

► Capitania, vilas e consolidação política

Da Vila da Mocha a Oeiras

Com o crescimento da ocupação, o território piauiense passou por reorganizações administrativas. Após ter estado vinculado a outras jurisdições coloniais, foi criada a Capitania do Piauí no século XVIII. A Vila da Mocha, primeiro núcleo de maior importância política, foi elevada à condição de cidade com o nome de Oeiras,

¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Piau%C3%AD>

**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Art. 3º As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

Art. 4º Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos deste Código são os constantes do Anexo I.



LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!